

João Pessoa, 28 de março a 3 de abril de 2016 • Nº 14 - Ano XIV

Eleições Sindifisco-PB: convocação aos filiados

A Comissão Eleitoral convoca os ativos e aposentados filiados ao Sindifisco-PB para participar das eleições à Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal, que acontecem no próximo domingo, dia 10. A votação tem início às 8h e encerramento às 17h, com urnas em João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Monteiro, Patos, Sousa e Cajazeiras.

Pela **CHAPA 1** (Unir, Lutar e Conquistar), Manoel Isidro tem como candidato à vice-presidente, Guilherme Carvalho (Novinho). Pela **CHAPA 2** (Por um Novo Fisco), Alain Carvalho tem como candidato à vice-presidente, Leonardo Sabóia.

Na mesma cédula, estão relacionados os candidatos ao Conselho, devendo o eleitor escolher 5 (cinco) nomes.

Estão aptos a votarem todos os filiados em dia com suas obrigações estatutárias.

FPE de março cai e ICMS se mantém estável

A queda de quase 11% nas transferências dos recursos do FPE, Fundo de Participação dos Estados, neste mês de março, em relação ao mesmo mês do ano passado, provoca um prejuízo bastante significativo nos cofres do Governo do Estado.

Em março do ano passado, a Paraíba recebeu de transferências R\$ 221 milhões, enquanto que em março deste ano, o montante do FPE foi de R\$ 197 milhões, ou seja, R\$ 24 milhões a menos.

Já a arrecadação de ICMS, principal fonte de receita do Estado, em queda nos últimos meses, registrou R\$ 345 milhões, valor igual ao que se recolheu do tributo em março do ano passado.

Os números do ICMS demonstram a necessidade do Governo da Paraíba investir no Fisco, valorizando o trabalho dos auditores, tal como é feito pelos governadores de outros Estados do Brasil para compensar as perdas das receitas.

Combater a sonegação? Apoeie a PEC 186!

Nos últimos meses, a Fenafisco, Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital, vem intensificando o chamamento para a sociedade discutir o combate à sonegação fiscal e ao trabalho escravo, tema tão relevante quanto as discussões em torno da necessidade de se combater a corrupção.

A Fenafisco está empreendendo uma campanha em defesa da aprovação da PEC 186/07, que trata da autonomia da Administração Tributária. Na prática, a PEC fortalece ainda mais o Fisco, ao dar condições dos auditores fiscais atuarem sem ingerências externas, trazendo a curto e médio prazo, avanços significativos ao País no tocante ao incremento da arrecadação.

É fundamental que todos abracem a causa, em prol do Brasil, e cobrem dos deputados federais que votem a favor da PEC 186. www.pec186.org.br.

Gastos excessivos do governo? O cidadão paga a conta!

O pacote de ajuda do Governo Federal aos Estados é um ataque sem precedentes ao serviço público. Podendo ser votado ainda esta semana, na Câmara Federal, o Projeto de Lei beneficia tão somente os governadores que renegociarão as dívidas estaduais, prolongando os prazos de pagamentos.

Porém, a gravidade do projeto esconde-se na contrapartida que os Estados terão que oferecer ao ter que demitir servidores, não conceder reajuste e não realizar concursos públicos, entre outras compensações a serem rigorosamente cumpridas pelos governadores.

Mais uma vez, a conta da má gestão do dinheiro público será paga pelo cidadão, já penalizado com a alta carga de impostos. Por outro lado, os governos não fazem o que se espera dos gestores: conter gastos, não contratar demasiadamente servidores sem concursos, como é o caso da Paraíba, cuja folha está inchada com comissionados, prestadores de serviço e codificados.

Governo sanciona a precariedade do serviço público

Na Paraíba, o Governo do Estado fez uma espécie de antecipação às contrapartidas exigidas pelo Governo Federal para que os governos renegociem as dívidas estaduais, conforme projeto de lei a ser votado na Câmara Federal.

Na semana passada, foi sancionada a Lei nº 10.660, decorrente da MP 242 editada em janeiro, e aprovada na Assembleia Legislativa, com votos dos deputados governistas, congelando os salários dos servidores e interrompendo as progressões e promoções das categorias.

Conforme os servidores alertaram diversas vezes, brevemente a sociedade paraibana sentirá os efeitos danosos que o Governo Estadual causou ao serviço público. Os serviços, que já estão precários em setores como saúde, educação e segurança, serão os mais atingidos e a população padecerá pela falta de uma boa prestação de serviço.